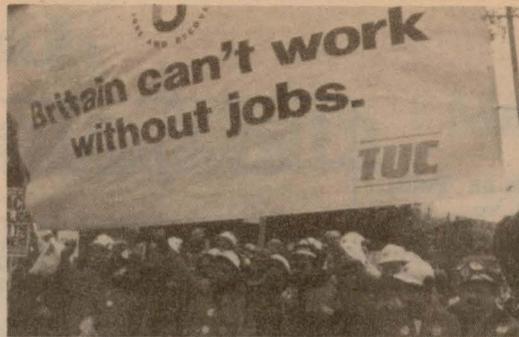


A Classe Operária

Órgão Central do Partido Comunista do Brasil



Fracasso neoliberal na Inglaterra

A manifestação de mineiros (foto) contra o fechamento das minas é uma expressão da crise que atravessa a Inglaterra, em meio à recessão provocada pela aplicação do projeto neoliberal.

PÁGINA 9



Manifestações na URSS exigem fim de Yeltsin

Na URSS, o aniversário da revolução foi uma oportunidade para o povo russo expressar sua insatisfação com a política desastrosa de Yeltsin e exigir seu afastamento da cena política do país.

PÁGINA 10

Povo derrota nas urnas o bandido Bush

PÁGINA 10

Caos e miséria no capitalismo

Arrastões no Rio de Janeiro, massacre no Carandiru, revolta e incêndio na Febem em São Paulo, fome, miséria e desemprego em alta são a expressão do caldeirão de problemas crônicos do capitalismo que colocam em evidência a exigência de mudanças da estrutura capitalista arcaica.

PÁGINA 4

Forças democráticas se unem para derrotar direita em São Paulo



Suplicy Intensifica a campanha na periferia: possibilidade de vitória

SERGIO CARVALHO

O segundo turno das eleições municipais ocorre no dia 15 de novembro. Em São Paulo a disputa é acirrada. O candidato da direita, Paulo Maluf, joga pesado para levar a eleição na principal capital brasileira. Impõe-se a mobilização de todas as forças democráticas e progressistas para garantir a vitória do candidato Eduardo Suplicy, impedindo assim que os defensores do projeto neoliberal ocupem esse posto importante da política nacional. A reta final da campanha mostra o desespero da direita.

Os malufistas invadiram vários comitês de Suplicy, no último dia 4. Entidades da sociedade civil chamam o voto contra Maluf, que não consegue mais manter a aparência de civilidade e volta a usar seus velhos métodos.

PÁGINAS 5

Reforma contra representação dos pequenos

Começa a discussão da reforma política e partidária. Um dos pontos que vem causando preocupação entre os democratas é a exigência de 5% de votos a nível nacional para um partido ter direito ao funcionamento legal.

PÁGINAS 6 e 7

Opinião

Reforma Fiscal para quê?

EDSON SILVA

Presidente do PCdoB-RS

No início do governo Itamar, era mini-reforma fiscal. Depois, ajuste fiscal de emergência. Agora sua decisão é a de enviar ao Congresso um projeto de Reforma Fiscal ampla. Com o que também o novo governo entrou na dança, não para corrigir deformações da estrutura tributária brasileira - perversa com "os de baixo". Mas, alegadamente nos círculos oficiais, para cobrir a previsão de um rombo das despesas - 20 bilhões de dólares maiores que as receitas do Orçamento da União em 1993.

A estonteante crise econômica do Brasil é assim. De tempos em tempos produz soluções milagreas, que, de tão profanas, sequer acendem a luz no fim do túnel. Tudo está na dependência dessa mais nova "varinha mágica", chamada Reforma Fiscal. Antes dela, pretende-se, não há como reduzir os juros exorbitantes, baixar a inflação e retomar o desenvolvimento econômico. Sem ela, dizem os ministros ao presidente, não há como investir em medidas emergenciais que minorem os efeitos da crise social.

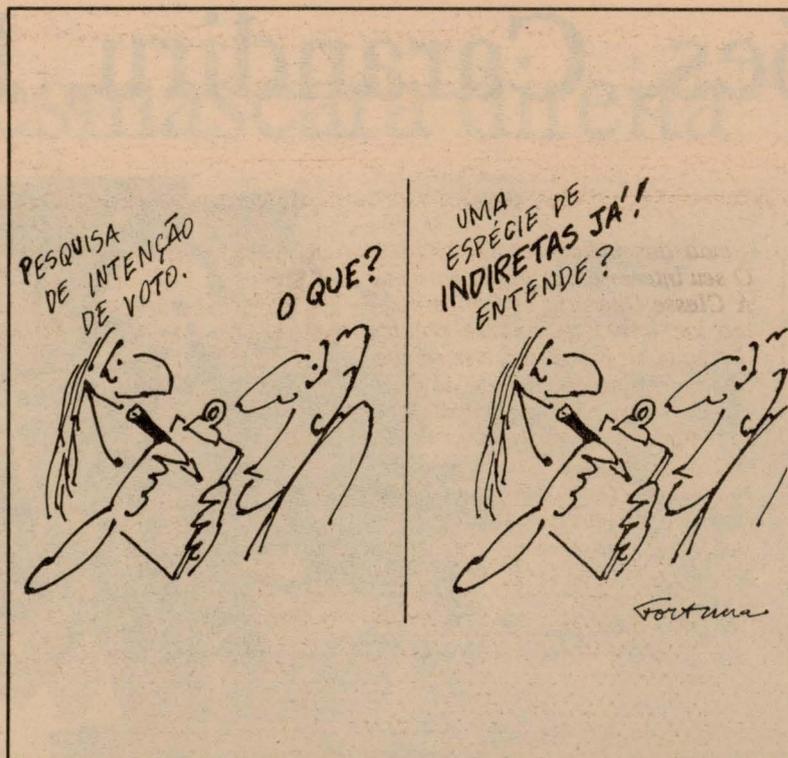
Essa mentalidade, por melhor intencionada que seja, é vencida pelas cruéis distorções do Estado brasileiro e pela voracidade da crise. As despesas são maiores que a receita. A solução, todavia, não pode ser a de novos impostos e taxas, que, na lógica capitalista, arrancarão mais de quem tem menos.

Soluções emergenciais se impõem. De pronto, derubar a recessão. Entre outros estragos, ela diminui a arrecadação, pela queda na produção e no consumo. De pronto, medidas energéticas para punir a pilantra-

gem empresarial da sonegação fiscal, dos grandes grupos econômicos em especial. Estima-se que para cada cruzeiro arrecadado, há um sonegado. Que certas despesas sejam cortadas sem comprometer os necessários investimentos públicos. Por exemplo, neste mês de novembro, o governo deverá pagar 8 trilhões de cruzeiros de juros atrasados da dívida externa. Outros 27 trilhões serão desembolsados até o fim do ano no pagamento de encargos da dívida interna, isto é, em tempos de vacas magras o capital parasitário continua sendo premiado. São "despesas inadiáveis", na versão do Ministro do Planejamento.

Ao menos, um pouco de sensatez. O governo Itamar garante manter o pagamento dos funcionários públicos, inclusive o 13º salário.

São necessárias medidas energéticas para punir a pilantragem da sonegação fiscal dos grandes grupos econômicos



Mais democracia questão chave

Desde o ano passado, quando começaram a tramitar no Congresso Nacional alguns projetos visando a revisão da Lei Orgânica dos Partidos que os democratas sinceros vêm chamando a atenção para essa investida contra a ampla liberdade de organização partidária, consignada no artigo 17 da Constituição Federal. Começou-se, então, a falar numa tal "farra partidária" que era preciso acabar. Em outras palavras, pretendia-se pôr fim a "um número excessivo de partidos" que estariam inviabilizando qualquer sistema de governo, seja presidencialista ou parlamentarista.

Agora, com a formação de uma Comissão Especial na Câmara Federal para avaliar o conjunto desses projetos referentes à Organização Partidária, Inelegibilidade e Código Eleitoral a questão volta à tona, e é alvo de novas investidas anti-democráticas. O substitutivo apresentado pelo relator João Almeida, contém artigos que ferem a Constituição e pretendem afastar da cena política brasileira os pequenos partidos. O artigo 12, por exemplo, define que o partido que não obtiver 5% dos votos nas eleições para a Câmara

dos Deputados terá seu registro cancelado, sem direito a funcionamento.

O fato é que as elites políticas brasileiras sempre tentaram, de uma forma ou de outra, impedir o desenvolvimento de um sistema democrático de partidos políticos, no qual todas as correntes tivessem o direito de organizar-se livremente. Da mesma forma, jamais conseguiram formar partidos nacionais sólidos, constituídos com base em programas e princípios democráticos. Isso reflete o medo de uma participação popular e de ampliação dos espaços democráticos, onde aflore todo um manancial de forças que compõem a realidade brasileira. Sob a alegação de "modernização das instituições", de "conectar o país", dizem querer melhorar a democracia quando na verdade tentam abortá-la.

Para os verdadeiros democratas, essa reforma partidária além de inconstitucional, fere o direito à liberdade de expressão política. Repudiá-la é que tem a ver com a defesa da democracia, condição fundamental à organização do povo na defesa dos seus interesses.

Sobre o contrato coletivo de trabalho

JOÃO BATISTA LEMOS

Membro do CC do PCdoB

O movimento sindical no Brasil diante do governo Itamar se defronta com novos desafios.

O ministro Barelli estipula 60 dias para que as entidades empresariais e órgãos de representação dos trabalhadores apresentem propostas, seguindo-se uma ampla discussão na sociedade. Tratemos de participar deste debate. Não podemos encarar o Contrato Coletivo de Trabalho - CCT - como tábua de salvação, como fazem alguns dirigentes sindicais. Um país com uma crise estrutural como o nosso, onde o termômetro da crise social estoura no Carandirú, na FEBEM ou nos arrastões do Rio, exige saídas radicais que impliquem na mudança do regime.

Tão pouco podemos ficar presos a esquemas antigos da Justiça do Trabalho, que já não corresponde ao estágio de desenvolvimento capitalista no Brasil. O CCT é um instrumento de negociação de caráter normativo de âmbito nacional que supera as Convenções Coletivas nas categorias e Acordos Coletivos por empresas. O CCT pode fazer parte da luta pela democratização das relações

Para implantar o Contrato Coletivo de Trabalho no Brasil é preciso garantir amplo direito de greve

capital e trabalho e vai estar submetido a correlação de forças na sociedade.

Octávio Bueno Magano, advogado ligado ao setor patronal, discordando do CCT dispara: "Nada recomenda a adoção, entre nós, de experiência mal sucedida em outros países. Acresce que a negociação em nível nacional, é o contrário da flexibilização". (Folha de S.Paulo, 25/10/92).

Devemos perguntar a Magano: mal sucedida principalmente para quem? A flexibilização está sendo implementada também nestes países, aproveitando do desemprego e impondo a perda de conquistas históricas do operariado.

No Brasil é preciso assegurar alguns pressupostos para implantar o CCT, como: amplo direito de greve, garantia de atividade e organização sindical de base nos locais de trabalho, etc. E, ao contrário do pluralismo sindical, fortalecer os sindicatos por ramos de atividades.

Penso que o CCT deve começar a ser realizado por categoria ampliando para o ramo de atividade em nível nacional, onde as reivindicações econômicas e sociais serão unificadas em um patamar básico e, a partir daí, continua a negociação direta com as empresas ou por categorias. Sem prejuízos dos direitos individuais já assegurados na CLT, como férias, 13º, saques do FGTS, etc. Como também a necessidade de uma lei salarial globalizante como meio de proteção às categorias mais fracas ou menos organizadas. Enfim, devemos discutir o que deve ser realizado o CCT sob a ótica dos interesses das classes trabalhadoras.

NACIONAL

Arrastões, Carandiru, Febem...

DILERMANDO TONI

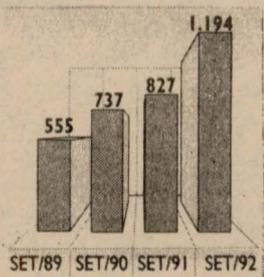
O massacre da Casa de Detenção em São Paulo com seus 111 mortos oficiais ou mais de 200 segundo outras fontes, os arrastões nas praias do Rio de Janeiro e em várias outras capitais, a rebelião dos menores da Febem na capital paulista, continuam a ocupar grandes espaços nos principais órgãos de TV, rádios e jornais brasileiros. Têm inclusive repercussão internacional. Em torno desses fatos trava-se uma enorme polêmica: quais as causas e como resolver o problema? O que não tem sido dito é que a crise social é provocada pelo capitalismo. Que a pobreza e a miséria crescentes de um contingente cada vez maior de marginalizados são produtos da aplicação do projeto neoliberal.

No enterro de seu filho, um jovem de 20 anos executado no pavilhão 9 do Carandiru, a mulher negra, moradora da periferia de São Paulo desabafou revoltada: se houvesse emprego os jovens não estariam nessa situação. Essa declaração atinge em cheio o fundo do problema. Passa por cima da polêmica sobre como os presos reagiram à Polícia Militar na Casa de Detenção e das preocupações de quanto será o prejuízo que os arrastões causarão ao turismo no Rio de Janeiro.

Degradação Social

Na Grande São Paulo os desempregados já são 1 milhão e duzentos mil trabalhadores, um número duas vezes maior que o registrado meses antes da posse de Collor. (Veja quadro).

Desemprego dobra em SP
desde 89
(em milhares de trabalhadores)



Fonte: Dieese/Sade

Em Porto Alegre, segundo dados da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, no mês de setembro os desempregados chegavam a 214 mil pessoas. Em todo o Brasil são milhões de pessoas que não encontram trabalho e que vivem a tremenda insegurança de poder perder seus empregos de um dia para o outro.

Em recente pesquisa realizada pela Secretaria Municipal do Bem Estar Social de São Paulo, entre as pessoas que vivem nas ruas sem ter onde morar, 87% dos entrevistados declararam já ter trabalhado com carteira assinada, sendo que 27% teve registro em carteira há menos de um ano e 38% há menos de dois anos. Além disso, 70% dos entrevistados têm até



Menores de rua, problema de polícia?

40 anos; constituem-se em população jovem, portanto. Sem emprego, sem ter como pagar aluguel, um número crescente de trabalhadores ou vão para as ruas ou se obrigam a morar em favelas e cortiços em locais que não satisfazem as condições mínimas de habitabilidade. De acordo com a ONU todas as pessoas que vivem nessa situação deveriam ser consideradas *homeless* (sem-casa). Só em São Paulo teríamos então 4 milhões de *homeless*.

Mais e mais pobres

Em época de crise do capitalismo mundial e brasileiro em que se busca a saída no neoliberalismo ou "modernização", os pólos de uma riqueza crescente nas mãos de uma minoria de exploradores e da miséria que atinge milhões de trabalhadores tornam-se terrivelmente evidentes. Apoiada em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE/1990, a economista Sônia Rocha do Instituto de Economia Aplicada (IPEA) realizou o trabalho "Poverty in Brazil" (Pobreza no Brasil) onde chegou à conclusão de que nas nove mais importantes regiões metropolitanas do país está concentrada uma população de pobres acima de 13 milhões de habitantes, 28,3% da população dessas cidades e quase 10% da população total. Em São Paulo é considerada linha de pobreza uma pessoa com renda inferior a 1,29 salário mínimo; em Fortaleza, o correspondente a menos de 0,72 do mínimo. Só em São Paulo e no Rio de Janeiro vivem segundo esses critérios nada menos que 7,8 milhões de pobres. (Veja quadro). Dados da ONU no relatório de 90/91 dão conta de que 53% da população brasileira de menos de 17 anos vive na miséria.

De outra parte as revistas estrangeiras Forbes e Fortune que pesquisam os homens mais ricos do mundo incluem entre esses uns poucos brasileiros com o patrimônio acima de 1 bilhão de dólares. Aí é que se encontram gente como Roberto Marinho

(Rede Globo), Sebastião Camargo (Construtora Camargo Correa), Eduardo Andrade (Andrade Gutierrez), Antonio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim), a família Safra (Banco Safra). Essa última a mais poderosa com um patrimônio de mais de 6 bilhões de dólares.

Não é só no Brasil

A lógica do capitalismo e os efeitos do neoliberalismo não se limitam aos países da periferia como o Brasil e outros da América Latina. Aí a crise é mais aguda sem dúvida. Porém, com o agravamento da crise e com a aplicação do "remédio" neoliberal os pólos de riqueza e da pobreza vão se tornando mais nítidos também nos países de capitalismo avançado. O Departamento do Censo dos Estados Unidos informou no começo de setembro deste ano que o número de norte-americanos que vivem abaixo da linha de pobreza atingiu no ano passado seu nível mais elevado desde 1965.

Pobres urbanos - 1990

(região metropolitana)

Cidade	População	Pobres	%
São Paulo	17.595.088	3.800.539	21,6
Rio de Janeiro	11.448.907	3.686.548	32,2
Recife	3.063.207	1.451.960	47,4
Belo Horizonte	3.758.162	1.112.416	29,6
Salvador	2.479.176	942.087	38,0
Fortaleza	2.219.048	916.467	41,3
Porto Alegre	3.078.651	643.438	20,9
Belém	1.232.613	532.489	43,2
Curitiba	2.407.377	298.700	12,2
TOTAL	47.282.229	13.379.644	28,3

Fonte: Sônia Rocha/IBGE

São ao todo 35,7 milhões de pessoas nessa situação, 14,2% da população do país. De outro lado estão os 20% das famílias mais ricas que têm rendas cada vez maiores que os pobres.

O desemprego nos EUA atinge 15 milhões de pessoas e a política neoliberal corta a assistência social. Na desenvolvida Europa, a taxa de desemprego é de 10% da população economicamente ativa. Um estudo do canadense Jim Ward, que apresenta dados sobre os *homeless* (sem-casa) no mundo, estima que essa população atinge os 100 milhões, dos quais 20 milhões vivem na América Latina.

Convulsão Social

A conclusão a que se chega é que fatos como os da revolta negra de Los Angeles, o massacre do Carandiru, os arrastões e invasões de supermercados, os incidentes com os imigrantes do Terceiro Mundo na Europa, o incêndio da sede da Febem de São Paulo têm todos a mesma origem. São manifestações variadas da crise do capitalismo tanto mais graves quanto mais se "moderniza" o sistema. E que deverão continuar ocorrendo já que pelo menos 3/4 da população do planeta está marginalizada.

Quando as opiniões da sociedade se dividem opondo a defesa dos direitos humanos dos presos à opinião fascista da defesa do massacre do Carandiru pela polícia, ou ainda se é certo ou não localizar temporariamente menores da Febem num clube de M'Boi-Mirim, bairro da capital paulista, é preciso colocar que os problemas estruturais de nosso país só serão resolvidos com o advento de um novo regime onde a parte da riqueza nacional que está concentrada injustamente nas mãos dos muito ricos se reverta a favor dos trabalhadores, seus legítimos donos. Eliminando-se a raiz da pobreza estarão criadas as condições para que acabem os crimes e a delinquência.

NACIONAL

Desespero desmascara direita

GUIOMAR PRATES

O segundo turno das eleições municipais ocorre no dia 15 de novembro nas principais capitais brasileiras. Na prática, é um novo processo eleitoral, que permite a redefinição e reaglutinação das forças políticas. São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia e Salvador são as principais cidades envolvidas nessa disputa.

Em São Paulo, o embate entre Eduardo Suplicy e Paulo Maluf, se acirrou nesta reta final de campanha, principalmente depois do último debate, quando Suplicy foi para a ofensiva desmascarando o candidato da direita que vinha tentando sustentar a imagem de democrata. O desespero dos malufistas ao perceberem que pode ser modificado o quadro vantajoso que conseguiram manter durante toda a campanha, trouxe de volta seus velhos métodos. No dia 4, malufistas que se identificaram como membros da Justiça Eleitoral, invadiram os comitês de Suplicy em São Miguel, Itaquera, Vila Matilde e Penha, atrás de um jornal do Sindicato dos Condutores, que faz a campanha anti-Maluf.

A constituição da Frente Democrática de São Paulo, que aglutina além dos Partidos do Povo, (PT, PCdoB, PSB), PSDB, PDT, PV e lideranças históricas do PMDB, contribuiu para a ampliação da candidatura de Suplicy (vide opinião de Walter Sorrentino). Além dessa Frente, várias entidades conclamam o voto contra Maluf. Para o dia 11, UNE e UBES convocaram uma passeata de estudantes para mobilizar com o mesmo objetivo. As mulheres também lançaram um manifesto de apoio a



Plenária do movimento popular em apoio a Suplicy

Suplicy, que tem compromissos e propostas para esse segmento social.

No Rio de Janeiro é acirrada a disputa entre Benedita da Silva (PT), que tem o apoio do PCdoB e dos setores populares, e César Maia (PMDB), que representa os setores mais atrasados.

Em Porto Alegre disputam o segundo turno o candidato César Schirmer, da coligação PMDB-PCdoB e Tarso Genro, do PT. A campanha tem sido fria e o candidato petista consegue manter a dianteira nas intenções de voto, mas isso não é suficiente para que deixe de lado seu ranço anti-comunista. No primeiro debate, realizado na rádio Gaúcha, o discurso de Tarso para tentar combater Schirmer foi a presença do PCdoB na coligação com o PMDB, o que levou o candidato peemedebista a responder que prefere a esquerda autêntica aos

renegados do socialismo.

Tarso Genro aparece como um candidato redondo, que não tem lado. No início do segundo turno procurou atrair o apoio do PTB, PL e PST, prometendo cargos na administração da prefeitura. Esse fato causou uma rebordosa nas hostes petistas e serviu para tirar as ilusões dos que acreditavam na possibilidade de que Tarso pudesse fazer um governo voltado aos interesses dos trabalhadores.

Em Belo Horizonte a tendência indica a vitória fácil de Patrus Ananias, o mesmo acontecendo em Goiânia, onde Darci Accorsi tem grandes chances de ganhar o pleito. Ambos são apoiados por uma ampla frente democrática e progressista.

Em Salvador, o candidato de Antônio Carlos Magalhães, Manoel Castro, deverá ser derrotado com a eleição de Lídice da Matta.

Suplicy: "Vamos derrotar Maluf"

São Paulo, a maior cidade do Brasil vive um momento decisivo nesta reta final de campanha. A disputa eleitoral se acirrou, deixando mais claro os interesses em jogo. Para as forças democráticas e progressistas é fundamental impor uma derrota a Paulo Maluf, que representa o que de mais reacionário e conservador existe no país. O candidato da coligação Partido do Povo e da Frente Democrática, Eduardo Suplicy, em entrevista à Classe fala sobre esse embate.

Classe - Qual é a importância da formação da Frente Democrática neste segundo turno?

Suplicy - É fundamental, porque dá outra consistência à campanha. Desde o primeiro turno, eu já afirmava que gostaria de governar para além das fronteiras do PT e da coligação Partidos do Povo, que inclui PCdoB, PSB e PC. Agora, com o PSDB, o PPS e o PDT, somos mais fortes. A experiência da administração Luiza Erundina nos levou à conclusão de que é preciso governar a cidade com os melhores quadros disponíveis e com os mais diversos segmentos da sociedade civil. Isso vai levar a uma diferença bastante positiva entre a atual administração e o novo governo que se iniciará em 1º de janeiro.

Classe - O PMDB resolveu liberar



Eduardo Suplicy

seus eleitores. Como o senhor vê essa atitude?

Suplicy - É direito do PMDB tomar essa posição, mas temos certeza de que os peemedebistas que seguem a tradição de ética na política, como Ulisses Guimarães, a abertura de visão de Severo Gomes e a seriedade de propósitos de Aloizio Ferreira, vão votar em mim.

Classe - O que aconteceria caso Maluf ganhasse a eleição?

Suplicy - Seria como admitir que Collor voltasse à presidência da República. Eu acho que o povo não

permitirá que isso aconteça. São Paulo não merece este azar. Seria um enorme retrocesso, a admissão da volta do tráfico de influência que é característica dos procedimentos ao longo da história de Paulo Maluf. Não podemos admitir a volta de alguém que participou ativamente do regime militar. É preciso que se desperte a consciência do povo para a história do país e o papel negativo que sempre cumpriu Paulo Maluf.

Classe - Qual vai ser a prioridade do seu governo?

Suplicy - Os princípios que caracterizarão nosso governo são os da ética e da seriedade, de honestidade no trato da coisa pública. Daremos prioridade aos princípios da participação democrática, principalmente na hora de elaborar o orçamento do município. Nós vamos dar um passo além do que tem caracterizado a administração Luiza Erundina, onde mais de 10 mil lideranças participaram da definição do orçamento. Eu quero proceder nesta direção, melhorando ainda mais. No primeiro semestre do ano que vem encaminharei uma carta-consulta a todas as residências, para que cada um diga qual a primeira prioridade para a cidade e para o seu bairro. Nesta mesma carta estará o calendário de reuniões em cada região da cidade para discutir as prioridades do orçamento.

Cai a máscara de Maluf

WALTER SORRENTINO
Presidente do PCdoB-SP

Cai a máscara "civilizada" e "democrática" com que Maluf buscava se apresentar ao eleitorado de São Paulo. Beneficiado por uma vantagem inicial nas pesquisas, e pelo clima esvaziado com que se desenvolveu a campanha no início do 2º turno, com uma tônica essencialmente voltada para os problemas administrativos, produz-se uma virada na campanha eleitoral.

Mérito principal para isso foi a mudança de orientação no programa de TV e no debate da Bandeirantes desta semana. O malufismo foi golpeado, quanto a seu passado e presente antidemocrático, de perseguições ao movimento popular, de tráfico de influência e dilapidação do patrimônio público. Particularmente, ficaram sem respostas as revelações de suas ligações com PC Farias e as denúncias apuradas pelo Senado americano quanto às ligações tentadas por Maluf com o esquema de tráfico de drogas ligado ao escândalo do BCCI, em 1984. Isso se somou ao rombo causado pelo explicitamento do acordo de Maluf para impedir a aprovação da quebra de sigilo bancário de Quércia na CPI-Vasp - mérito do boquiarrato deputado Roberto Cardoso Alves, aquele do que "é dando que se recebe".

O debate da TV, ao lado da constituição da Frente Democrática foram os dois principais fatos da campanha até aqui. A Frente - que além do PCdoB, PSB e PC que já apoiava Suplicy no 1º turno, agregou PSDB, PDT, PPS, PV e setores do PMDB - forneceu a base mais ampla da campanha, diluindo a marca exclusivista e petista do governo municipal, que comprovadamente retira votos hoje em São Paulo.

A virada em curso comprova que vencer Maluf é batalha com dimensão nacional, cujo centro é o desmascaramento da direita, puxando a opinião pública pela consciência avançada das lutas travadas desde a ditadura militar e criando a identidade dessa consciência com o campo que apoia Suplicy. Batalha que exige uma postura ofensiva, que faça aflorar a reserva de indignação da população pobre com sua situação de vida, causada exatamente pela crise a que foi levado o país sob o domínio das mesmas forças que engendram a candidatura Maluf.

Sob essa ótica, mostra-se útil formular propostas para a gestão municipal, principalmente polarizando em torno do método democrático com que são implementados. As agruras da crise social são muito presentes no cotidiano da população da cidade, e não se pode admitir deixar a bandeira das demandas sociais em mãos da direita. Entretanto, isso se subordina à firme demarcação do ponto de vista político, e não meramente administrativo.

Com esse eixo político e com sustentação na Frente Democrática é possível vencer. Sem subestimar as dificuldades reais que se manifestam no comportamento político do eleitorado da capital, onde nenhum prefeito elegeu sucessor desde a retomada dos processos eleitorais na década de 80, mas também sem pusilanimidade, daqueles que não aprenderam a confiar na resposta democrática do povo - capaz de produzir grandes viradas nos acontecimentos nacionais nos últimos dez anos -, vamos ao trabalho da última semana com ganho e determinação, pois a derrota de Maluf é uma elevada exigência da luta de todos os brasileiros.

SÉRGIO CARVALHO

ALEXANDRE TOKITAKA

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Reforma partidária inviável

Desde o ano passado está tramitando na Câmara Federal sete projetos de revisão completa ou parcial da Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Recentemente para dar tratamento globalizado a esse material a mesa da Câmara criou uma comissão especial para examinar todas as propostas em tramitação na Câmara referentes à organização partidária, inelegibilidade e sistema eleitoral.

O membro titular do PCdoB nessa Comissão Especial é o deputado Haroldo Lima, que em entrevista à Classe Operária falou sobre o andamento dessa importante discussão para os rumos democráticos.

Classe - Qual o roteiro de trabalho da Comissão e o que ela pretende?

Haroldo - A Comissão deliberou tratar em primeiro lugar da Lei Orgânica dos partidos políticos. Somente após examinaria as questões da inelegibilidade e do sistema eleitoral. Para orientar a discussão do primeiro ponto o deputado João Almeida, relator da Comissão, apresentou o 1º substitutivo global em torno do qual pretende-se desenvolver as discussões.

Classe - Quais questões centrais são levantadas por esse substitutivo?

Haroldo - As linhas gerais do substitutivo se voltam contra a liberdade de organização partidária prevista no artigo 17 da Constituição. A rigor o substitutivo estabelece mecanismos para restringir a vida partidária em nosso país. Especialmente os artigos 7º e 12º do substitutivo definem exigências para a existência e sobre tudo o funcionamento partidário, exigências inacessíveis aos pequenos partidos. O artigo 7º fala do caráter nacional para existir o partido, enquanto o artigo 12º define um caráter nacional para seu funcionamento. Os parâmetros exagerados, particularmente do artigo 12, levaram o próprio relator da Comissão a informar que, aplicados o seu critério, 29 dos 40 partidos hoje existentes no Brasil ficam impossibilitados de funcionar não tendo pelo parágrafo 1º do artigo 8º, direito a "participar do processo



Deputado Haroldo Lima é contrário às restrições ao funcionamento dos partidos

eleitoral", "receber recurso do fundo partidário" e acesso gratuito ao rádio e à televisão.

Classe - Que parâmetros são esses?

Haroldo - Na Constituição de 1946 não se fazia nenhuma relação entre a existência dos partidos e o seu desempenho eleitoral. A de 1967 previu 10% de votos válidos que deveriam alferir os partidos para serem reconhecidos nacionalmente. A Constituição de 1969 baixou esse índice para 5%. O pacote de abril de 1968 manteve esses mesmos 5%. Entretanto, a emenda nº 22 de 1982, suspendeu a aplicação dessa exigência para efeito das eleições de novembro. Graças a isso, é que, partidos como o PDT, que naquela época teve 4,94% dos votos, o PTB, que conseguiu 3,77% dos votos e o PT, que chegou a 3,01% dos votos, conseguiram sobreviver e crescer. Agora, o substitutivo de João Almeida volta a insistir no índice de 5%. Significa que se tal exigência tivesse prevalecido na eleição de 82, nenhum dos partidos citados, preencheriam os pré-requisitos da lei.

Classe - Na sua proposta, como você aborda a questão do caráter nacional?

Haroldo - procuro resgatar em meu projeto o ponto de vista expresso pelo código eleitoral em vigor sobre o caráter nacional. Ou seja, o partido deve estar organizado em pelo menos 9 estados, em cada um deles em 20% dos municípios, tendo como filiados em cada um desses municípios proporcional ao tamanho do

próprio município. O Código Eleitoral apresenta uma tabela em cinco tópicos definindo a percentagem de filiados por tamanho de município. Esta regra geral vem sendo utilizada já há alguns anos em nosso país e não tem sofrido maiores críticas. Em função do que, penso que deveria ser preservada. Um partido que tivesse seu registro provisório deveria preencher estas exigências num prazo improrrogável de 1 ano. Penso, além disso, que se o partido não conseguir preencher essas exigências ao cabo desse ano, ele não poderia solicitar novo registro provisório senão após decorrido 1 ano do pedido anterior. Esse preceito que introduzo no parágrafo 2º do artigo 5º do meu projeto, responde a esta preocupação hoje muito badalada quanto à facilidade de se registrar partido. Na verdade, o preceito se volta contra os partidos de aluguel ou sem nenhum respaldo de massa e que se organizam apenas para tirar proveito político-fisiológicos.

Classe - Que outro aspecto do substitutivo de João Almeida você considera que deforma o sistema partidário brasileiro?

Haroldo - Existe um artigo do substitutivo em questão que é o artigo 34º segundo o qual, "os partidos políticos poderão receber doações de pessoas físicas e jurídicas". Essas "doações" poderão chegar a "3% da receita bruta da pessoa jurídica" e poderá ser "deduzido do lucro líquido do exercício da pessoa jurídica". Isso equivale dizer que uma grande empresa pode "doar" a um

partido até 3% da sua receita "bruta", deduzindo essa doação do seu imposto de renda. Ora, 3% de uma grande empresa é um volume gigantesco de dinheiro, que transformará o partido que o receber em testa de ferro da empresa doadora e, por conseguinte, representante direto de seus interesses. Isso nunca ocorreu na história do Brasil. No tempo da ditadura, a legislação vigorante proibia, expressamente, que tal prática fosse desenvolvida para não transformar os partidos políticos em braços políticos das empresas privadas. Penso que, a prevalecer o artigo 34º, fica oficializado o predomínio do poder econômico nos partidos brasileiros e estabelecido o mecanismo pelo qual o poder os grandes partidos serão hipertrofiados, enquanto os pequenos partidos ficarão esmagados.

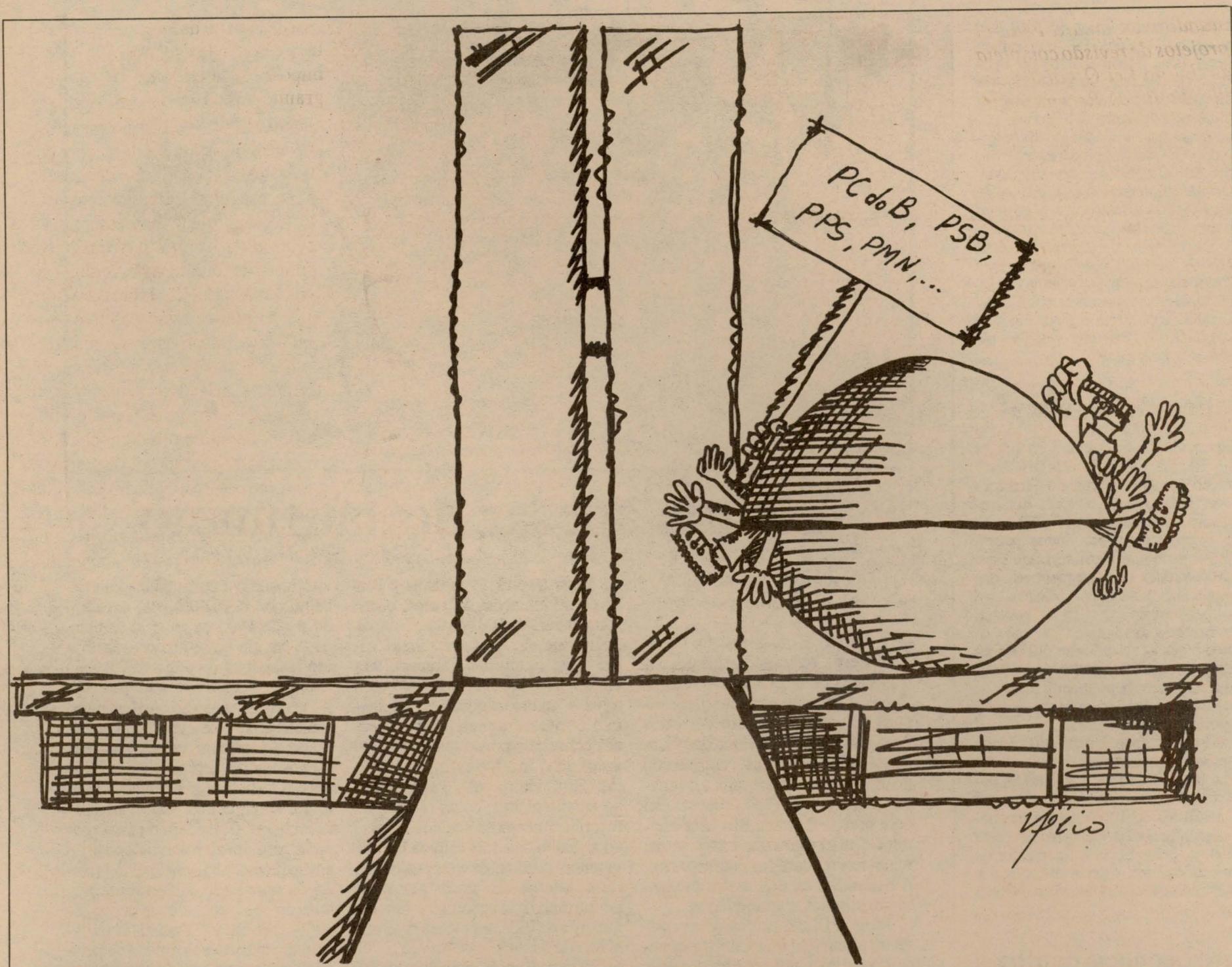
Classe - Essa discussão será restrita à Câmara ou já chegou ao Senado?

Haroldo - Através do senador Marco Maciel, o Senado passou a desenvolver iniciativas com vistas também a elaborar um projeto de Lei Orgânica dos Partidos. O projeto de Maciel já foi em uma Comissão apropriada, transformado em um substitutivo do senador José Fogaça. Esse substitutivo orienta-se também por uma visão restritiva da vida partidária. Enquanto discute-se na Câmara o índice de 5% como padrão a ser atingido para um partido funcionar, o substitutivo de Fogaça indica um índice de 3%. A despeito de significar uma redução, esse índice também condenaria diversos partidos a desaparecerem, como o PL, PDC, PSB, PPS, PTR, PCdoB e outros de menor representatividade que não atingiram na eleição de 1990 o patamar dos 3%. Evidentemente que isso continua sendo um golpe na livre representação partidária. Embora, no artigo 87º, do substitutivo de Fogaça, haja um esforço de salvaguardar o que ele chama de partidos políticos com "caráter nacional historicamente reconhecido". Esses partidos, entre os quais estamos nós, o PCdoB, ficariam desobrigados de atender às exigências limitativas acima representadas.

Classe - Qual o papel do Centro de Documentação e Memória desse processo legislativo?

ACIONAL

abiliza pequenos partidos



Haroldo - Na última reunião da Comissão Especial da Câmara, no dia 4 de novembro, destacou-se a necessidade de se unificar os dois encaminhamentos que estão sendo feitos pela Câmara e pelo Senado no tratamento da questão partidária. Apresentamos duas sugestões, depois endossadas por diversos deputados, de se autorizar ao presidente da Comissão, deputado Roberto Magalhães, para que o mesmo promova, junto à presidência da Câmara, medidas cabíveis para a criação de uma Comissão Mista da Câmara e do Senado para tratar do mesmo assunto. Isso implicaria na suspensão da votação prevista a prazo curto do substitutivo do senador José Fogaça pelo Senado. Tomamos o cuidado de salientar durante as discussões que, na hipótese de se criar essa Comissão Mista, o PCdoB pleiteia

nela estar presente, com pelo menos um membro titular.

Classe - *O que o movimento democrático deveria fazer nesta situação?*

Haroldo - Penso ser necessário muitas e enérgicas denúncias a respeito da tentativa de se restringir e, às vezes, vedar a liberdade de organização partidária, a tanto custo conquistada na Constituinte. Os debates e seminários, artigos em jornais de expressão regional e nacional devem se multiplicar. É preciso fazer chegar aos membros do Congresso Nacional, sobretudo os que integram as comissões especiais referidas, o ponto de vista dos democratas, dos defensores de opiniões legítimas, ainda que minoritárias, no sentido de que os seus direitos constitucionais de se fazerem representar em

partidos políticos são invioláveis. As discussões e análises devem se aprofundar no sentido de examinar questões fundamentais que estarão em debate no próximo ano: o sistema de governo parlamentarista ou presidencialista, o sistema eleitoral proporcional ou distrital e a revisão constitucional. Todas essas questões se entrelaçam e dizem respeito aos interesses democráticos. Não podemos permitir que cresça a idéia de serem os pequenos partidos os responsáveis pelas crises brasileiras. Não podemos aceitar que se vincule o sistema parlamentarista com o voto distrital. E tampouco poderemos aceitar que mesmo o sistema presidencialista esteja a exigir o fim do voto proporcional. Quando, na Constituinte, defendemos com vigor e iniciativa o sistema parlamentarista de governo, o fizemos vinculando-

o ao sistema de eleições proporcionais. Naquela época, a Comissão de Sistematização chegou a aprovar no seu relatório final o sistema parlamentar de governo com voto proporcional. É curioso lembrar que o referido relatório foi derrotado em plenário pela conjugação de forças díspares, todas na época interessadas em defender o presidencialismo, porque cada uma esperava fazer o próximo presidente da República. Eram eles o PDT, o PT, o deputado Ulysses Guimarães e o governo Sarney. Hoje, parte dessas forças já aceitam o parlamentarismo, até mesmo porque não têm muitas chances de chegar à presidência, só que vinculado ao voto distrital. O sistema parlamentarista sem a representação popular assegurada por uma emenda que não interessa aos verdadeiros democratas.

NACIONAL

BANCA
COMUNISTADeputados prestam
solidariedade a Cuba

O deputado Haroldo Lima (PCdoB-BA) e Jandira Feghali (PCdoB-RJ) reuniram-se recentemente com o embaixador de Cuba no Brasil, Jorge Bolaños, ocasião em que discutiram aspectos políticos e técnicos de um eventual acordo entre a Petrobrás e o governo cubano para a realização de projeto de prospecção de petróleo naquela ilha do Caribe. Ao contrário do que vem divulgando a grande imprensa internacional sobre o assunto, Bolaños garantiu que o governo de seu país ofereceria condições excepcionais à Petrobrás, tais como áreas especiais e a plataforma marítima cubana para que a empresa brasileira explore petróleo na região. Haroldo e Jandira se comprometeram a defender a viabilização deste projeto junto ao governo brasileiro e afirmaram que isso seria benéfico aos dois países.

Solidariedade a Cuba II

No último dia 15 de outubro os líderes do PCdoB, PT, PSB, PSDB e PMDB, encaminharam ao Ministro Fernando Henrique Cardoso um repúdio à lei Torricelli, que amplia o boicote norte-americano a Cuba, envolvendo compulsoriamente outros países. No dia 29, o deputado Haroldo Lima integrou uma comissão de parlamentares que manteve uma audiência com o Ministro, solicitando uma posição enérgica do governo brasileiro contra a famigerada lei onde os EUA proíbem que as subsidiárias das empresas norte-americanas no exterior comercializem com Cuba e ainda proíbem que os navios atracados em portos cubanos entrem em seus portos por 180 dias.

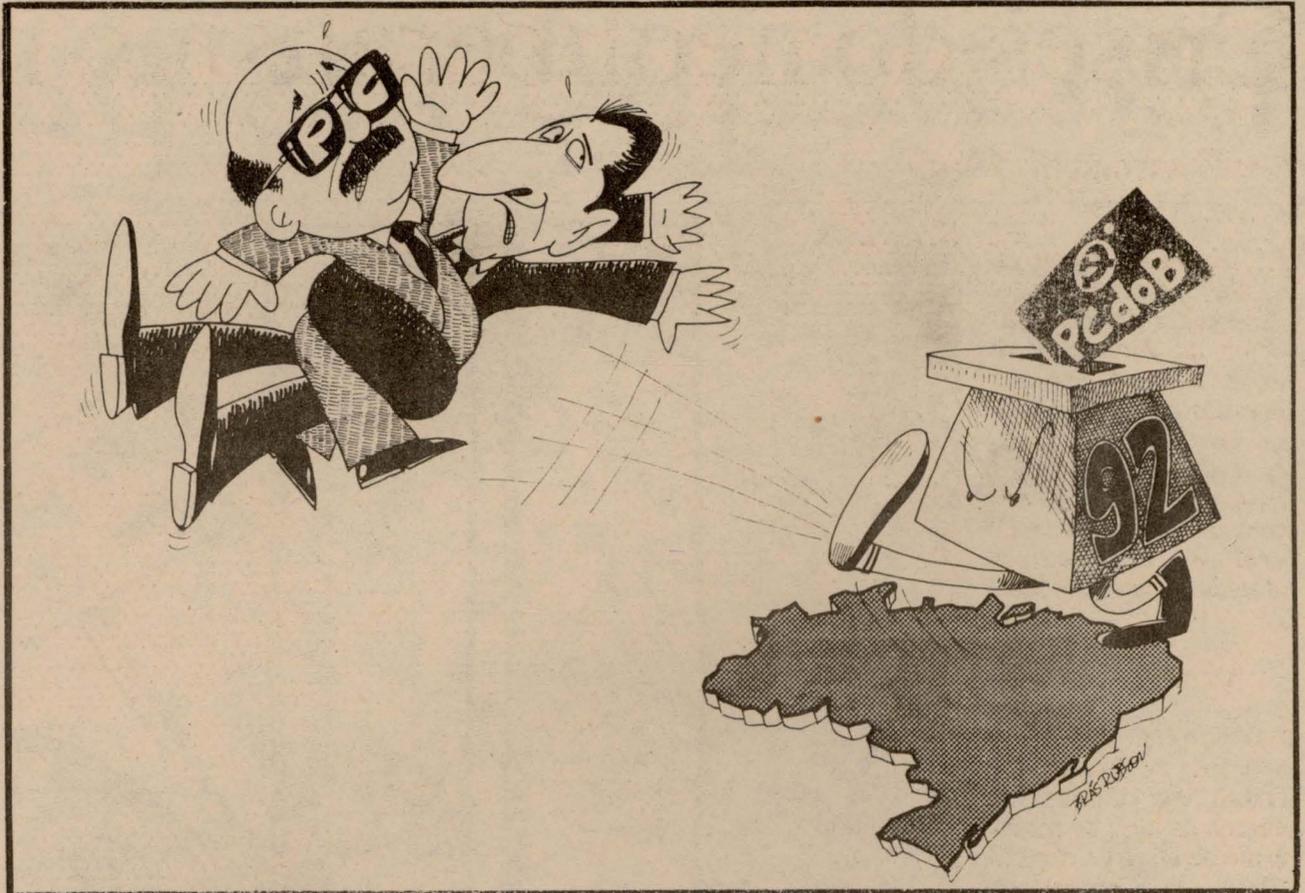
O ministro Fernando Henrique Cardoso apresentou aos parlamentares a nota oficial do governo brasileiro sobre o assunto. A nota oficial diz: "...os vínculos das empresas sediadas no Brasil com terceiros países devem ser regulamentadas tão somente pelas leis brasileiras, pelos tratados internacionais em vigor para o Brasil e pelas decisões dos organismos internacionais dos quais o Brasil é membro".

Socorro denuncia conflitos

Justificando seu ape-
lo no sentido de que se-
ja agilizado pelo Con-
gresso Nacional a regu-
lamentação do projeto
sobre a questão agrária
na Constituição Federal,
a deputada Socorro Gome-
s (PCdoB-PA), pronun-
ciou-se na Câmara
dos Deputados sobre a
gravidade da questão
fundária do Brasil, ci-
tando alguns fatos recen-
tes. Disse ela: "Em
Imperatriz-MA, numa fazenda de cinco mil
hectares, de propriedade indefinida, que vi-
nha sendo alvo de disputa entre o que se diz
proprietário e 600 posseiros, que buscam al-
condições de trabalho e sobrevivência, hou-
ve conflito, que resultou em morte de pos-
seiros. Em Rio Maria-PA, foram iniciados
processos de desapropriação das áreas Canaã,
Flor do Pará, São Jorge, São Roque, Barrei-
ro Preto, Santa Maria Jacira II e Joassama.
No entanto, tais processos estão emperrados
na burocracia do Incra, prejudicando cente-
nas de famílias... nas fazendas da Serra, Ma-
ra Azul, Diutá, Jacutinga e Três Rios, há gran-
de tensão social, com vários conflitos e mor-
tes entre latifundiários e posseiros".



Socorro Gomes



Eleitos apesar do latifúndio

ANA DE SALES

Correspondente de Rio Branco-AC

O Partido Comunista do Brasil sagrou-se grande vencedor das eleições de Tarauacá-AC, ao eleger dois vereadores nas eleições de três de outubro derrotando o latifúndio. Francisco das Chagas Batista, dirigente do partido no município, conseguiu a segunda melhor votação proporcional com seus 230 votos. Sua base eleitoral é marcadamente campesina, onde ocorrem muitos conflitos com o latifúndio, na defesa dos interesses dos índios e seringueiros.

Moisés Diniz, professor e presidente municipal do PCdoB, elegeu-se com 196 votos, consolidando a atuação do partido na cidade. Estas duas votações somam-se ainda 120

votos na legenda comunista e cerca de 50 intenções de votos, o que somam mais de 600 votos no PCdoB.

Incrustado na floresta amazônica, o município de Tarauacá tem um colégio eleitoral de 10.447 eleitores e quatro candidatos disputaram a vaga para prefeito. O vencedor conseguiu pouco mais de 2.000 votos, devido à forte disputa eleitoral. Esta vitória não se restringe ao campo eleitoral pois se trata do reconhecimento da sociedade local ao trabalho dos dois camaradas que viveram o clima de campanha sob forte ameaça de morte por parte do latifúndio, chegando a terem segurança de vida decretada pelo ministro da Justiça.

Chagas Batista, que também é secretário Geral do Conselho Nacional de Seringueiros, analisa esta

vitória como a consolidação do trabalho que o PCdoB vem realizando desde 1985 naquele município, onde em um dos embates o latifúndio assassinou o companheiro João Bosco, no final do ano passado. A nível da atuação parlamentar, Batista disse que ele e Moisés Diniz vão continuar firmes nos seus propósitos de defender os interesses dos trabalhadores, especialmente dos seringueiros - sua maior base eleitoral. Considera o clima propício para um trabalho de oposição conseqüente, uma vez que, "a maioria da população está ansiosa pela atuação dos vereadores comunistas" - comentou. O mandato parlamentar vai ser desenvolvido na perspectiva de ampliar e fortalecer as lutas do movimento campesino e dos trabalhadores da cidade.

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

As mulheres brasileiras querem recuperar a legitimidade do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). No dia 27 de outubro, cerca de 60 representantes de instituições e grupos atuantes no Movimento de Mulheres estiveram em audiência com o ministro da Justiça, Maurício Correa, reivindicando a reestruturação do CNDM. Além das entidades participaram do encontro as deputadas federais Jandira Feghali, Rita Camata, Maria Luiza Fontenelle, Beth Azi-ze, Socorro Gomes e a senadora Eva Blay.

No encontro foi formada uma comissão com objetivo de rever a legislação sobre o CNDM e prepa-



Gilse Cozenza, presidente da UBM

rar um esboço de proposta legislativa para sua efetivação. A primeira reunião dessa comissão, que inclui a participação da presidente de União Brasileira de Mulheres, Gil-

se Cozenza, foi no Rio de Janeiro nos dias 5 e 6 de novembro. Nos dias 19 e 20 deste mês, em Brasília, um seminário vai incluir a proposta que será entregue ao ministro da Justiça.

O Conselho foi descaracterizado a partir de 89, quando foi esvaziado, sem verba que viabilizasse sua atuação. Agora com a posse do governo Itamar, o movimento organizado de mulheres propõe a total reestruturação para, de maneira pluralista, responder aos anseios de cidadania da mulher brasileira e jogar papel mais efetivo na elaboração de políticas públicas. São passos importantes para a recuperação de uma conquista importante das brasileiras.

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Corrêa

INTERNACIONAL

Crises do neoliberalismo na Inglaterra

LUIS FERNANDES
De Londres

S eis meses depois de eleito, o governo conservador de John Major na Inglaterra se encontra acuado por uma sucessão de crises políticas. Três episódios recentes se destacam por confrontarem pilares fundamentais da política neoliberal em curso no país há mais de uma década.

A crise da libra

O primeiro foi a crise monetária da libra em setembro, que culminou na retirada da libra do mecanismo de taxas de câmbio (ERM) da Comunidade Européia. As origens desta crise remetem à eliminação dos controles sobre o câmbio em 1979, uma das primeiras medidas da avalanche neoliberal que varreu a Inglaterra em seguida. Face ao descontrole da política monetária e às pressões inflacionárias no final dos anos 80, John Major adotou, em 1990, a entrada da libra no ERM como pedra de toque da sua política de combate à inflação - a "prioridade nº 1" do seu governo. O governo considerava que a "disciplina monetária" desse mecanismo (que estipula limites mínimos e máximos para a oscilação do valor das moedas dos países membros da Comunidade Econômica) poderia servir de "âncora" para a sua política anti-inflacionária.

O problema é que esse mecanismo amarrava as moedas dos países participantes à cotação do marco. E a decadência da economia britânica em relação à alemã fez a cotação da libra despencar. O governo inglês se viu forçado a manter taxas de juros elevadas e queimar cada vez mais reservas para manter a libra nos limites do mecanismo. Só no dia 16 de setembro, o Banco da Inglaterra gastou um terço das suas reservas comprando libras e elevou duas vezes a taxa de juros tentando sustentar a cotação da moeda nacional. O fracasso completo dessas tentativas levou à retirada da libra do mecanismo (junto com a lira italiana). Além de uma derrota frontal da política econômica do governo John Major, esse desfecho foi um golpe profundo na própria unificação européia, que tem como um dos seus pilares a criação de uma moeda única, para a qual o sistema do ERM seria uma etapa transitória.

A luta dos mineiros

O segundo episódio de isolamento e derrota do governo veio com sua decisão, em meados de outubro, de fechar trinta das cinquenta minas de carvão do país, demitindo mais de



Manifestantes em Londres exigem fora Major

30 mil mineiros e cerca de 70 mil trabalhadores de atividades ligadas ao setor. Mais uma vez, as origens desta decisão remetem à privatização das empresas de fornecimento de energia elétrica ocorrida nos anos 80. Além de cortar os subsídios para a indústria do carvão, o governo conservador não elaborou qualquer política de desenvolvimento energético para o país, deixando tudo a cargo do mercado. As novas empresas elétricas privadas, então, passaram a optar pela importação de carvão e gás natural de outros países que subsidiavam pesadamente esses setores. Isto, apesar da Inglaterra deter metade das reservas de carvão da Europa Ocidental e dos mineiros britânicos terem implementado um plano global de modernização produtiva nos últimos seis anos, que elevou a produtividade das minas em 155% e reduziu os custos em 33% (vale dizer que, nesse mesmo período, as empresas privadas fornecedoras de energia elétrica aumentaram os preços reais em 6% para o consumidor).

Esta decisão do governo conservador foi tomada em meio a um quadro de profunda recessão. O número oficial de trabalhadores desempregados na Inglaterra já chega a 3 milhões. Uma semana antes, o governo já havia anunciado o fechamento de hospitais e serviços de saúde pública, e estabelecido um teto de 2% para o reajuste salarial do funcionalismo público para o ano que vem (o que representa uma queda no salário real diante da inflação). A resistência dos mineiros, neste contexto, se transformou no estopim de um amplo movimento de massas em protesto contra o governo e sua política econômica e social. Num país marcado por diferenças de classes bem segmentadas, os mineiros acabaram recebendo apoio até mesmo de setores industriais e da "classe média alta". Em meio ao repúdio geral, até mesmo a conceitua-



da (e conservadora) London School of Economics, por exemplo, elegeu para presidente de honra da instituição ninguém menos do que o combativo líder dos mineiros Arthur Scargill (o mesmo que havia tirado o sono da classe média conservadora inglesa com sua liderança militante da famosa greve de oito meses dos mineiros em 1984). Neste clima de intensa oposição, uma primeira manifestação contra o governo pela União Nacional dos Mineiros reuniu mais de 50 mil pessoas em frente ao parlamento na quarta-feira, 21 de outubro. No domingo seguinte, dia 25, uma manifestação convocada pela Central Sindical Nacional (a Trade Union Conference - TUC) reuniu mais de 200 mil pessoas debaixo de chuva torrencial no Hyde Park.

Face à pressão da sociedade, abriu-se uma importante dissidência no Partido Conservador. Para evitar a derrota no parlamento, o governo foi forçado a recuar na decisão, suspendendo o fechamento da maioria das minas e remetendo a questão para o debate de uma política nacional de energia no parlamento dentro de três meses. Mesmo com este recuo, o governo viu sua maioria de 21 votos ser reduzida quase a metade.

O debate sobre Maastricht

Ainda tonto com a derrota política sofrida na questão dos mineiros, o governo conservador teve de enfrentar outra crise política ainda mais séria no debate sobre o Tratado de Maastricht, que estabelece novos termos para a unificação política e econômica da Comunidade Européia. Sentindo a debilidade do governo, o Partido Trabalhista decidiu votar contra o cronograma de discussão do Tratado de Maastricht que John Major havia proposto para o parlamento. A alega-

ção era de que seria necessário aguardar a redefinição da posição dinamarquesa, após o triunfo do "Não" no plebiscito daquele país. Em realidade, os trabalhistas consideravam que a derrota do governo nessa questão poderia decretar a sua queda, já que evidenciaria a completa falta de autoridade do primeiro-ministro no exato momento em que ele acumula o cargo de presidente da própria Comunidade Européia. Essa visão foi reforçada pelo próprio John Major, que, procurando intimidar a dissidência do seu próprio partido, ameaçou renunciar caso perdesse a votação no parlamento. Desta feita, a dissidência dos conservadores foi reforçada pela ala mais à direita do partido, articulada em torno da ex-primeira ministra Margaret Thatcher,

e que sempre manifestou suas reservas contra uma maior integração na Europa. O resultado da votação na quarta-feira, 4 de novembro, evidenciou, uma vez mais, o isolamento do governo conservador. Mesmo tendo recebido o apoio dos deputados liberais-democratas, a moção do governo foi aprovada por apenas três votos - 319 a 316.

Lições da crise inglesa

O governo de John Major sai, assim, bastante debilitado e fragilizado desta sucessão de confrontos e derrotas. Já se duvida seriamente se ele será capaz de sobreviver a um novo confronto político mais sério. É importante ressaltar, no entanto, que, mais do que incompetência pessoal, esta instabilidade política reflete o fracasso da política neoliberal que vem sendo aplicada na Inglaterra há mais de uma década. Anunciado como arrojado projeto de modernização, a política de privatização, desregulamentação e corte nos gastos públicos só fez agravar a decadência da antiga potência imperial. O atraso do desenvolvimento da Inglaterra em relação a outras potências capitalistas européias, sobretudo a Alemanha, só fez se acentuar. É este desenvolvimento desigual que, hoje, ameaça o próprio processo de unificação européia. O quadro de recessão mundial agrava as crises econômica, social e política da Inglaterra. Os sinais da decadência estão por toda parte. A legião de desabrigados e mendigos nas ruas aumenta a olhos vistos (se bem que parecem mais bem alimentados e saudáveis do que os nossos aqui no Brasil...). Neste período de redefinições da vida política brasileira, resta indagar, fazendo um trocadilho com a expressão "Memória e Memória", se o que é mau para a Inglaterra é bom para o Brasil?

INTERNACIONAL

Povo derrota nas urnas
a política de BushLEJEUNE MATO GROSSO
Sociólogo e professor da Unimep

Já confirmado como 42º presidente dos Estados Unidos, em seus 216 anos de sistema republicano, Bill Clinton venceu as eleições presidenciais do último dia 3 de novembro. Conquistou a maioria no Colégio Eleitoral e os votos da maioria esmagadora dos eleitores americanos.

De fato, entre tantas conclusões a que se chega nesse episódio, a primeira delas é que a política recessiva e ultra neoliberal adotada por George Bush nos últimos 4 anos (somados aos outros 8 anos de Ronald Reagan), foi fragorosamente derrotada pelo povo americano. Isso significou a condenação do povo a essa política, que resultou em 15 milhões de desempregados, cortes drásticos nas políticas sociais públicas e aumento exagerado da criminalidade interna (aumento de 45% de crimes violentos entre 82 e 91, com quase 2 milhões só no ano passado). O empobrecimento da população foi imenso na sua gestão.

Os EUA caíram do 2º lugar em 91, para 5º em 92 no ranking dos países competitivos. É hoje o país de maior déficit público interno no mundo. Como potência econômica do passado, resta-lhe apenas o título de potência militar belicista e agressora contra países em desenvolvimento.

O governo de George Bush representou um governo de bandidos, de gangsters, mafiosos, nada tendo a oferecer para o povos defensores da paz. Nos 12 anos dos Republicanos (Reagan/Bush), os EUA invadiram vários países, entre eles o Panamá, Granada, patrocinaram guerras, como a do Iraque, apoiaram implicitamente golpes reacionários (como no Haiti), arrocharam ainda mais o cerco à pequena República Popular Socialista de Cuba e sustentam abertamente o governo ultra direitista de Boris Ieltsin na ex-URSS.

Pode-se dizer, que de certa forma foi derrotada também a política neoliberal de Bush, pelo menos da forma como ela vinha sendo implementada. Não há que se manter ilusões com relação à mudanças fundamentais, porém. Os chamados "democratas" nada têm de progressistas. Eventuais políticas ditas "nacionalistas",

acabam por ser instrumentos protecionistas, sobretaxando produtos importados pelos EUA, de tal forma que acarretará enormes prejuízos para os países latino-americanos.

Isso na prática é aplicar para os EUA o que eles tentam proibir que os países em desenvolvimento façam, qual seja, proteger os produtos e as empresas nacionais. Não há dúvida que Clinton foi eleito com o apoio dos grandes trustes, monopólios e dos grandes conglomerados multinacionais.

Ocorre porém que Clinton, em função da sua vitória contra a política de Bush terá que cumprir minimamente alguns de seus pontos programáticos, entre eles realizar alguns grandes investimentos em infra-estrutura básica, tentando gerar empregos para reativar a combalida economia americana. Mas as dificuldades são muitas. De onde vai sair o dinheiro? A dívida pública americana é de 4 trilhões de dólares. Se Clinton elevar as taxas de juros para atrair capitais, essa dívida será fortemente aumentada.

Pode-se dizer que no mundo, nove em cada dez chefes de Estado ou de governo conservadores, torceram pela vitória de Bush. Alguns até justificam que "já sabem exatamente como Bush pensa, e com Clinton nada se sabe...". A verdade é que Bush representava a linha de frente do pensamento neoliberal no planeta.



Bill Clinton

Impeachment para Yeltsin

UMBERTO MARTINS

O 75º aniversário da revolução soviética será comemorado neste 7 de novembro em meio ao rápido agravamento da crise econômica e política na ex-URSS, provocada pelos programas capitalistas em implantação na região.

Na Rússia a crise parece cobrar um desfecho a curto prazo. Duas alternativas estão em luta: a destituição de Boris Yeltsin ou sua manutenção à frente do Executivo, mas com poderes redobrados, o que poderia ser um caminho para o fascismo.

É possível que até o final do ano o impasse seja de alguma forma solucionado. Apesar da oposição do presidente russo, foi convocado o Congresso dos Deputados do Povo, órgão máximo do Parlamento, que deve se reunir no início de dezembro. Em pauta, o programa de privatizações em curso e os poderes especiais concedidos a Yeltsin em novembro de 1991, que poderão ser retirados.

Boris Yeltsin declarou guerra aberta a todos seus opositores e à instituição legislativa, recorrendo a medidas que ignoram a Constituição do País e comportando-se como um verdadeiro ditador.

No dia 24 de outubro dezenas de organizações oposicionistas, reunidas em Moscou, constituíram a Frente de Salvação Nacional, com a proposta de lutar, por vias legais, pela deposição do presidente. A frente (FSN) foi logo proscria por um decreto de Yeltsin, que também determinou a desativação de uma força de segurança criada pelo Parlamento russo e agora planeja liquidar com o legislativo e governar sozinho, sob o invólucro de um obscuro "governo presidencial direto". "Quem precisa do Congresso?", indagou o secretário de Estado, Gennadi Burbulis, um dos principais assessores do presidente.



Manifestantes exigem afastamento de Yeltsin

O presidente vem se isolando, cada dia mais, embora julgue contar com certa popularidade entre os moscovitas, vestígio da desastrosa aventura golpista realizada em agosto de 1991. Manobra também para reduzir a oposição no meio militar, imprimindo uma orientação chauvinista às relações com as repúblicas da federação e os países que até há pouco constituíam a União Soviética.

Recentemente ele decretou estado de emergência nas repúblicas de Ossétia do Norte e Checênia-Ingúshia (que havia proclamado independência), no sul do País. Além disto, aprovou a suspensão da retirada das tropas russas estacionadas nos países bálticos (Lituânia, Estônia e Letônia), medida que havia sido determinada no início de outubro pelos chefes militares. Tal conduta pode precipitar a guerra civil em toda a região da ex-URSS, transformando-a numa versão maiúscula da Iugoslávia.

Contudo, pode não ser o suficien-

te para eliminar a forte insatisfação no seio das Forças Armadas. Há poucos dias o presidente da Federação dos Oficiais Russos, Stanislav Terechov, afirmando representar 10 mil oficiais de média patente, defendeu a deposição de Yeltsin.

O vice-presidente, Alexandre Rutskoi, para quem o plano de privatizações "está roubando a Rússia", declarou seu apoio ao Parlamento. Tampouco a oposição ficou desmoteada com a demonstração de força do ditador russo. Um dia depois do decreto que coloca a FSN na ilegalidade, a polícia de Yeltsin não teve forças para impedir que seus dirigentes concedessem uma entrevista à imprensa na sede do legislativo. "Não é o fim da FSN. A luta acaba de começar e vamos ganhá-la", garantiu o porta-voz da organização, Ilya Lonstantinov.

Assim, não será surpresa se a história nos conceder, no futuro imediato, o grato prazer de assistir ao impeachment do senhor Boris Yeltsin.

Crise e perspectivas

Na base da instabilidade política que sacode toda a ex-União Soviética, ao lado da fragilidade das burguesias que agora comandam o poder político, reside a grave crise econômica. O programa capitalista resultou num colapso só equiparável à depressão que sacudiu os EUA em 1929/33 e aos estragos verificados após a 2ª guerra nos países da Europa.

O ministro da Federação Russa, Alexandre N. Shokin, inaugurou a participação de seu país no FMI, durante a 47ª reunião anual da instituição (realizada em Washington no mês de setembro), revelando estatísticas dramáticas. Segundo ele, o PIB da ex-URSS declinou 0,4% em 1990, 9% em 1991, devendo cair 18,2% neste ano e pelo menos 6,5% em 1993. O colapso econômico subtraiu, em média, 25% da riqueza

da região.

Na Rússia a inflação subiu de 5,4% em 1990 para 88,9% em 1991 e (estima-se) 1296% neste ano. A dívida externa já soma 80 bilhões de dólares e o FMI assegura que serão necessários pelo menos 22 bilhões de dólares apenas para cobrir o rombo no balanço de pagamentos do país em 1993.

Os países imperialistas promovem reuniões de solidariedade às burguesias da região, monitoram o programa capitalista, organizam ajuda de pouca monta e, envolvidos nas próprias contradições, parecem impotentes para enfrentar a crise. Uma nova versão do "Plano Marshal" para a ex-URSS chegou a ser sugerida mas é altamente improvável.

De outro lado, há sinais de que as forças de esquerda e os comunistas estão encontrando um terreno

promissor na Rússia. Recentemente foi divulgada uma pesquisa revelando que 50% dos russos valorizam positivamente a imagem de Stálin, cuja popularidade cresceu 21% nos últimos meses. O jornal "O Estado de São Paulo", que dedicou um editorial a respeito, comentou: "Pior que isso (sic): a população que sofre os efeitos da crise econômica associa suas privações ao livre mercado e à democracia. Assim, se 80% dos russos dizem que a vida era melhor antes que Gorbachov iniciasse a perestroika, 67% consideram que o socialismo é uma opção política bastante atraente".

Pode até ser que essa disposição subjetiva das massas não tenha um grande peso nos desdobramentos da situação da Rússia e da revolução.

AFOLJIVO

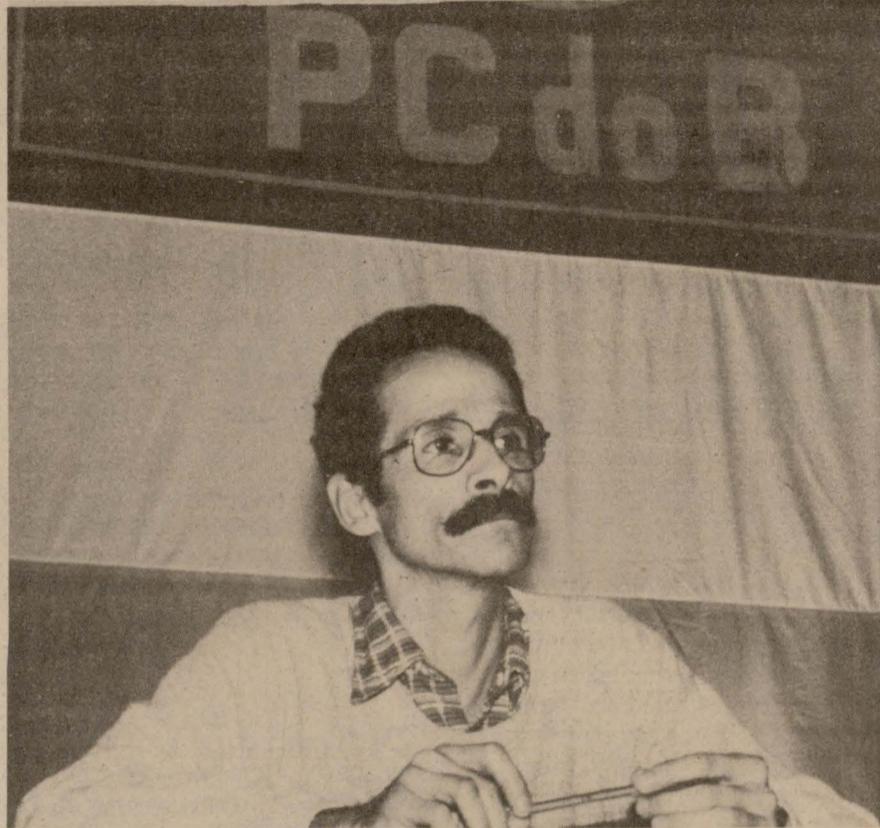
PCdoB

Solidariedade é estímulo à luta

Mensagens recebidas

Ainda sob o impacto da grande perda que foi a morte de seu destacado dirigente, Rogério Lustosa, a Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil agradece, sensibilizada, as inúmeras mensagens, telegramas e expressões de solidariedade recebidas destacando a contribuição do revolucionário, propagandista e estudioso do marxismo-leninismo que foi Rogério Lustosa. De todos os cantos do Brasil, das fileiras do PCdoB, dos amigos de outros partidos, de parlamentares, de personalidades políticas, entidades e amigos também do exterior as mensagens expressam a confiança de que o PCdoB tentará preencher o vazio deixado pela morte de seu dirigente, redobrando a luta para tornar realidade o sonho de um Brasil socialista.

A Classe Operária publica a relação das mensagens chegadas até o momento do fechamento do jornal e trechos de algumas delas.



Rogério deixa exemplo de luta

Partidos Internacionais: Revolutionary Communist Party of Britain (Marxist-Leninist) Central Committee; Partido Comunista de Dinamarca (Marxista-Leninista) Comitê Central; Embaixada de Cuba: Jorge A. Ferrera Diaz - Conselheiro Político; Embaixada da República Popular Democrática de Coreia no Peru.

Partidos Nacionais: Comitê Central do MR8 - Claudio Campos; Comitê Municipal do PT/SP - Rui Falcão (presidente); Diretório Nacional do PT - Candido Vacarezza (secretário geral).

Prefeitos: Telma de Souza - Prefeita do Município de Santos - SP.

Governadores: Alceu Collares - Governador do Rio Grande do Sul

Deputados: Miguel Arraes, Pedro Celso, Florestan Fernandes, Marcelo Barbieri, Wasny de Roure.

Vereadores: Francisco Lopes - CE; Olívia Vieira - GO; Ítalo Cardoso - SP; José Luiz Bueno Rodriguez - Mogi-Guaçu - SP; Julio Cesar Caligiuri - SP.

Sindicatos: dos trabalhadores nas Ind. Metalúrgicas de Betim e Igarapé - MG; dos trabalhadores nas Ind. Metalúrgicas do Rio de Janeiro - RJ; presidente - Carlos Manoel Costa Lima; dos Médicos do Rio de Janeiro - RJ; presidente - Dr. Luiz Roberto Tenório; dos Farmacêuticos de Florianópolis - SC - Luiz H. Costa; dos empregados Bancários de Florianópolis - SC; dos trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis - SC; dos trabalhadores em Educação de Santa Catarina; dos Comerciantes de Pelotas - RS: Almir Carlos Vele da Bastos e Vera Lúcia Morales Goulart; dos Gráficos de Pelotas - RS: Paulo Roberto Pinheiro; dos Vigilantes de Pelotas - RS: João Ricardo Echevarria; dos trabalhadores na Fiação e Tecelagem de Pelotas - RS: Roberto Vasconcellos; dos Bancários

de Alagoas: presidente - Reinaldo Lyra; Sintrae - Campo Grande - MS; dos Radialistas do Estado de São Paulo; Sinfar/Fenapar: presidente - Gil da Almeida de Souza; dos Profissionais de Educação no Ensino Municipal do Estado de São Paulo; APLB - Salvador - BA: presidente - Luiz Cavazzo.

Entidades: Pelotas - RS: Centro Social Urbano do Bairro Cruzeiro - Maristela Lima; Centro Social Urbano do Bairro Areal - Maurício Camargo; Associação de Moradores do Bairro Cruzeiro - Neimar Lima; Direção da CUT - Sérgio Barbosa e Luiz Carlos Mattozo; DCE UFPel - Angelo Zenin; Direção da Associação de Engenharia Agrícola - José Padilha. Sergipe: DCE UFS: presidente - Helmiton Laurentino de Lima; Casa da Amizade Brasil Cuba. Minas Gerais: Câmara Municipal de Belo Horizonte - MG. São Paulo: Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Secretaria Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Adelina Cristina Pinto; Coordenação Nacional da Juventude Revolucionária 8 de Outubro; Coordenação Nacional da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - Antonio Parente e Mauro Panzera; Coordenação Nacional da União da Juventude Socialista, Manoel Rangel; Federação das Mulheres Paulistas; Confederação das Mulheres do Brasil - Márcia Campos e Rosanita Campos; CUT: secretário geral - Gilmar Carneiro. Rio de Janeiro: Associação dos Médicos Residentes.

Parlamentares do PCdoB: Deputada Federal Socorro Gomes; Deputada Federal Jandira Feghali; Deputado Estadual Eron Bezerra - AM; Deputado Estadual Inácio Arruda - CE; Vereador Enio Lins - AL; Vereador Etevaldo Amorim - Pão de Açúcar - AL; Vereador Almir Forte - Cachoeiro de Itapemirim - ES; Vereador João

Ghizoni - Florianópolis - SC; Vereador Namy Chequer - Vitória - ES; Vereador Edson Santos - RJ.

PCdoB - Diretórios Regionais e Municipais: Diretório Regional de Mato Grosso do Sul; Diretório Regional de Pernambuco - Luciano Siqueira, Alanir Cardoso; Diretório Regional de Alagoas - Eduardo Bonfim; Diretório Regional de Roraima; Diretório Regional de Sergipe - Bosco Rolemberg; Diretório Regional do Ceará; Diretório Regional de Brasília - José Messias de Souza; Diretório Regional de Minas Gerais; Diretório Regional do Pará; Diretório Regional do Rio Grande do Norte; Diretório Regional de Goiás; Diretório Regional de Santa Catarina; Diretório Regional do Paraná - Mirian Zampire Santos; Diretório Regional de João Pessoa; Diretório Municipal de Pelotas/RS - Clóvis Dias Silva; Diretório Regional de Salvador/BA; Diretório Municipal de Camaçari/BA; Comitê Distrital do Centro - Salvador/BA; Diretório Municipal de Feira de Santana/BA; Diretório Municipal de Blumenau/SC.

Parentes e amigos: Eliana Lustosa - RJ; Eloi Ferreira - RJ; Antonio Carlos Mazzeo - SP; Jackson Barreto (prefeito eleito) Aracaju - SE; José Carlos Rolo Venancio - Administração Regional de Pinheiros - SP; Cordolima Fonteles de Lima, Anita Fonteles Lima e Paulo Fonteles Filho - PA; Marcia Rosa de Araujo - RJ; Luis Aparecido - DF; Lia Carmem - SC; Zenir Teixeira - PR; Vadil Rodrigues - MG; Arnaldo Marcolino da Silva - SP; José Augusto - CE; Isaura (Nina), Tatiana, Maira e Julhia - GO; Evandro Favacho - Ribeirão Preto - SP; Dilma Favacho; Domingos de Abreu - Aracatuba - SP; Rubens Vaz Ianeli - SP; Vilma, Jenny e Diógenes Tillmann - SP; Leiaute Comunicação e Propaganda - Salvador - BA; Loreta Valadares - Salvador - BA; Luiz Cláudio - Florianópolis - SC.

"Consternado com o desaparecimento do ilustre membro da Executiva Nacional desse partido, Dr. Rogério Lustosa. Apresento sentidas condolências deste governo, em nome do povo gaúcho. Atenciosamente"

Alceu Collares
Governador do Rio Grande do Sul

"Com profunda dor recebemos a notícia sobre a morte prematura do dirigente comunista do PCdoB, o camarada Rogério Lustosa.

Rogério Lustosa teve papel destacado nas lutas do povo brasileiro durante e depois da ditadura militar e na construção do PCdoB. O DKP/ML esteve com o camarada Rogério em várias ocasiões considerando-o como grande defensor do socialismo e da teoria marxista-leninista. O DKP/ML está completamente convencido de que o PCdoB saberá preencher a grande lacuna que para vocês constitui a morte do camarada Rogério Lustosa, e levar à prática a grande tarefa que lhes deixou: a vitória do socialismo no Brasil.

Em nome do Comitê Central do Partido Comunista da Dinamarca (marxista-leninista)".
Jorgen Fettersen

"Com profundo pesar recebemos a notícia relativa ao falecimento de Rogério Lustosa, cuja atividade em favor dos mais puros ideais do socialismo foi a marca em seu trabalho no campo da propaganda e informação. Recebam as mais sentidas condolências em nome de nosso Partido Comunista, de nosso Embaixador e em meu próprio, que rogamos sejam extensivas a todos os companheiros do partido e aos familiares de Lustosa".
Fraternalmente.

Jorge A. Ferrera Diaz
Conselheiro Político da
Embaixada de Cuba

"Por motivo do falecimento do camarada Rogério Lustosa, Membro da Executiva Nacional do Partido Comunista do Brasil, a Embaixada da República Popular Democrática da Coreia no Perú expressa seu profundo sentimento de condolência ao Diretório Nacional de vosso partido e a família do falecido. Apesar de seu desaparecimento, seus atos na luta pelo fortalecimento e desenvolvimento de seu partido e da democracia da sociedade brilharão eternamente com a luta de vosso partido".

Embaixada da República
Popular Democrática da Coreia

"Gostaríamos de expressar a vosso partido e aos familiares de Rogério Lustosa nossas mais sinceras condolências pela morte desse líder e militante exemplar de vosso partido há vários anos".
Nossas fraternais saudações.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Partido Revolucionário
da Coreia (M-L)

ENGENHARIA GENÉTICA

Novidades e impasses

FÁTIMA OLIVEIRA
Médica e secretária-geral da UBM

“Algumas pessoas que estão vivas hoje podem ainda estar vivas dentro de 400 anos”. Esta é a chamada de capa da *Life* de outubro. Sensacionalista sem dúvida, mas chama a atenção para a realidade de que as manipulações genéticas estão perseguindo caminhos para ampliar o tempo de vida humana. Pesquisadores do envelhecimento hoje são os novos alquimistas e buscam o “elixir da juventude” e uma vida quase eterna. De concreto, segundo especialistas, a engenharia genética nos próximos 50 anos pode acrescentar de 10 a 30 anos na expectativa de vida.

Essa notícia veio a público no mesmo período em que se realizava em São Paulo (de 7 a 9 de outubro) o II Simpósio Internacional de Biotecnologia em Câncer e AIDS. Um evento que custou aos organizadores a cifra de 450 mil dólares. As discussões se deram fundamentalmente sobre os mais recentes avanços da engenharia genética no campo da medicina e o atual estágio de Projeto do Genoma Humano. As especulações de como as promessas e as benesses da era da medicina molecular poderão chegar de forma mais coletiva a quem dela necessitar passaram longe dali, até porque a idéia dominante no mundo da ciência é que a ciência é neutra, como insistiu um eminente pesquisador presente ao encontro.

Câncer continua desafiando

O PhD Bryan Willians, integrante das pesquisas do genoma humano, informou que “nas últimas décadas o câncer tem aumentado nos EUA e há um convencimento nos meios científicos de que a única forma de causar impacto para alterar estas estatísticas é a busca das causas genéticas”.

Alguns produtos criados pela engenharia genética já estão sendo utilizados com resultados promissores a fim de permitir que pessoas portadoras de câncer tenham uma qualidade de vida melhor. No entanto, seu uso está restrito a uma mínima parcela que pode pagar os preços astronômicos dessa terapia.

Vacina e cura da AIDS

Robert Gallo (co-descobridor do HIV) diz não acreditar que a solução final para as pessoas infectadas venha via vacina nos moldes da imunoterapia no seu sentido clássico, visto que a variabilidade genética do HIV é muito grande, o que dificulta uma vacina padrão, mas reconhece os avanços, na biotecnologia em especial. Até o momento ninguém tem uma vacina, mas pesquisadores em universidades públicas e privadas trabalham febrilmente, e laboratórios farmacêuticos injetam grandes verbas em empresas de engenharia genética.

Nos EUA, o governo custeia várias das 150 empresas que se

dedicam à procura de um tratamento preventivo ou curativo para a AIDS.

Há um acerto para estudos iniciais com vacinas sob o aval da Organização Mundial de Saúde - OMS - para os de países como o Brasil, Tanzânia e da região do Caribe - países muito pobres, com proliferação acentuada de casos da AIDS, e sem investimentos governamentais em pesquisas. Estes serão cobaias perfeitas.

São vários os caminhos na corrida da vacina contra o HIV. Segundo as previsões de R. Gallo pode ser que “nessa década surjam algumas vacinas disponíveis para uma proteção parcial, mas estaremos longe da linha de chegada”.

Projeto do Genoma Humano

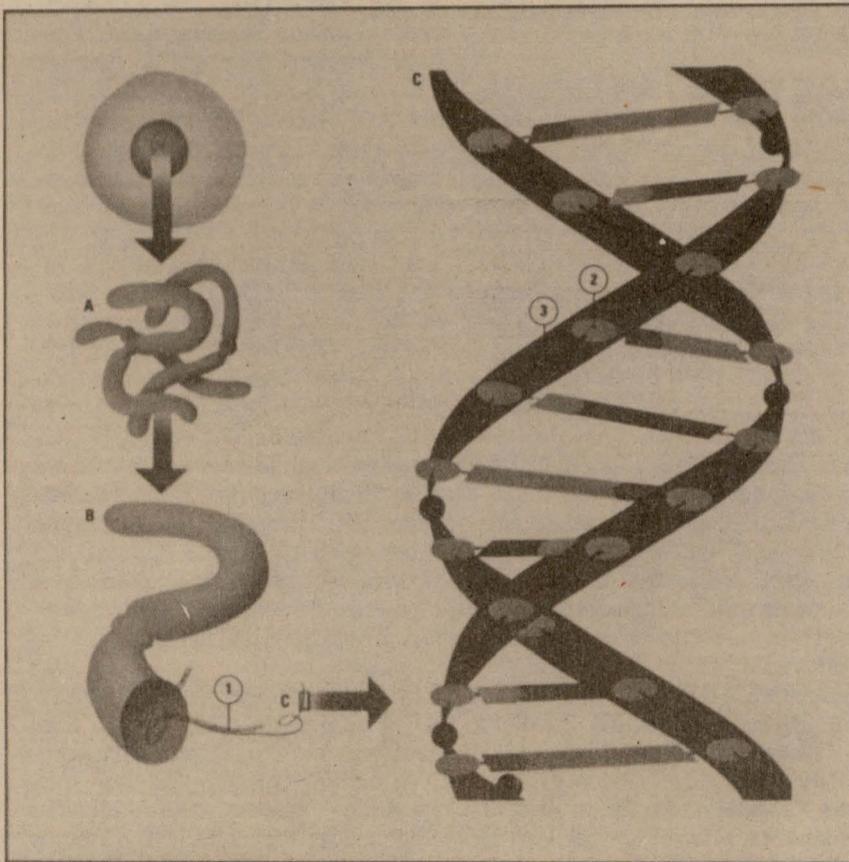
Informando sobre o atual estágio do Projeto, Bryan Willians indagava: “por que precisamos dele?”, para acrescentar: “é para compreender e tratar as mais de 4 mil doenças genéticas humanas já conhecidas, que já sabemos diagnosticar e não sabemos tratar. Porque os conhecimentos advindos do projeto impactarão de forma positiva a agricultura, a saúde, a indústria e gerarão saberes decisivos para o progresso tecnológico também na área da computação”.

Hoje já se sequênciam um gene dez vezes mais rápido do que quando o método foi descrito originalmente, o que evidencia um aprimoramento da técnica. Apesar disso, no momento só conhecemos a seqüência de 1700 genes humanos, 2% do total. Muitos já foram mapeados, clonados, mas não sequenciados. Na opinião de Bryan Willians isso se deve sobretudo à falta de cooperação entre os diferentes grupos de pesquisadores.

Aí está um ponto crucial do problema. A grande celeuma sobre a patenteamento destas descobertas e saberes. Os EUA capitaneiam a política de patenteamento dos genes humanos e tanto europeus como japoneses mostram-se reticentes quanto ao repasse total de suas descobertas e até de novos avanços tecnológicos, área na qual o Japão está muito à frente.

Bryan Willians teceu alguns comentários sobre as implicações éticas, jurídicas e sociais destas pesquisas. Salientou que a principal polêmica girava em torno: “De quem é o genoma que será mapeado e sequenciado?” e ponderou: “não importa de quem é o genoma, parte ou totalidade, ou a seqüência no conjunto. O que importa é a informação. Como será usada esta informação, esta é a grande questão. A sociedade está pagando os altos custos desta informação, precisa ser informada de tudo, com todos os detalhes e perspectivas. É necessário fornecer a informação amplamente e estimular a discussão pública entre todos os povos”.

Em entrevista ao *Biotec News* (boletim do II simpósio) o referido cientista destacou: “não é necessário um laboratório sofisticado para realizar pesquisas em biotecnologia. Cuba entrou precocemente na corrida biotecnológica, representa hoje um importante e respeitado centro de pesquisa”. Bryan Willians disse “os países têm diferentes abordagens sobre a ética, e em seguida afirmou: “a saída de James Watson da direção do projeto Genoma Humano muda toda a filosofia”. Isso explica quase tudo, já que Watson (co-descobridor do DNA) é contra o patenteamento de genes humanos e se desligou do Projeto quando o Instituto Nacional de Saúde dos EUA - INH - pediu o patenteamento de 3 mil genes humanos, em abril deste ano.



(A) Cromossomos, portadores do material genético; (B) Filamentos chamados cromátides; (1) Moléculas de DNA; (C) Cadelas de moléculas; (2) Molécula de açúcar; (3) Molécula de fosfato

Em entrevista ao *Biotec News* (boletim do II simpósio) o referido cientista destacou: “não é necessário um laboratório sofisticado para realizar pesquisas em biotecnologia. Cuba entrou precocemente na corrida biotecnológica, representa hoje um importante e respeitado centro de pesquisa”. Bryan Willians disse “os países têm diferentes abordagens sobre a ética, e em seguida afirmou: “a saída de James Watson da direção do projeto Genoma Humano muda toda a filosofia”. Isso explica quase tudo, já que Watson (co-descobridor do DNA) é contra o patenteamento de genes humanos e se desligou do Projeto quando o Instituto Nacional de Saúde dos EUA - INH - pediu o patenteamento de 3 mil genes humanos, em abril deste ano.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois